

**ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE  
RENDA E A POLÍTICA SALARIAL NO BRASIL E PARANÁ**

**CURITIBA  
MARÇO/1985**

## **IPARDES-Fundação Edison Vieira**

CARLOS ARTUR KRÜGER PASSOS - *Diretor-Presidente*

HERBERT ANTONIO AGE JOSÉ - *Secretário Geral*

MARIANO DE MATOS MACEDO - *Coordenador Técnico*

## **EQUIPE TÉCNICA**

Dimas Floriani *(sociólogo)* Coordenador - Helena Petronilha  
Soffiatti *(socióloga)* - Kátia Patrício da Silva *(acadêmica de*  
*Ciências Sociais)*

## **COLABORADORES**

Domingos Van Erven

Rossana Ribeiro Ciminelli

## **APOIO TÉCNICO OPERACIONAL**

Antônia Schwinden *(editoração)*, Marcia Aparecida Leite Ribeiro  
*(datilografia)*, Lourival Castellar *(desenho)*, Edson Luiz Rigoni  
*(reprografia)*

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	1
1 O PROBLEMA DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E DOS SALÁRIOS NO CAPITALISMO: O caso brasileiro .....	2
2 A DETERMINAÇÃO DOS SALÁRIOS E SALÁRIO MÍNIMO LEGAL NO BRASIL .....	8
2.1 A DETERMINAÇÃO DO SALÁRIO BASE .....	8
2.2 A EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO LEGAL NO BRASIL .....	12
3 A POLÍTICA SALARIAL E A EVOLUÇÃO DOS SALÁRIOS NA ECONOMIA BRASILEIRA .....	15
4 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA DE SALÁRIOS E RENDIMENTOS DA PEA NO BRASIL E NO PARANÁ .....	19
5 ALGUMAS CONCLUSÕES PRELIMINARES .....	28
ANEXO 1 - TABELAS .....	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	41

## INTRODUÇÃO

O presente relatório é o último de uma série de seis do convênio DETEPAR-IPARDES, celebrado em 1984.

Julgou-se importante abordar aqui o tema política salarial e seus impactos sobre os salários, a nível nacional, já que nos relatórios anteriores privilegiou-se a análise do mercado de trabalho, com especial ênfase no emprego.

Outrossim, buscou-se demarcar a questão dos salários em um contexto estrutural, identificando as origens e os determinantes da renda pessoal no capitalismo, especialmente no caso brasileiro, bem como a política do Governo na fixação e reajustes do salário mínimo legal.

No caso específico do Paraná, foram analisados os dados de salários e rendimentos da PEA e do emprego formal, e sempre que possível comparados ao Brasil, de forma evolutiva.

Finalmente, após caracterizar-se que a concentração de renda tem raízes na própria conformação histórica da sociedade brasileira (estrutura fundiária e heterogeneidade do setor industrial), conclui-se que somente a convergência de fatores econômicos, políticos e sociológicos poderão reverter esse processo.

## 1 O PROBLEMA DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E DOS SALÁRIOS NO CAPITALISMO: O caso brasileiro

Uma das características centrais do capitalismo diz respeito ao caráter universalizante que este tende a imprimir às relações sociais de produção. Esse tratamento genérico não só se refere à produção de mercadorias, ou a seu valor, mas também à subordinação real do trabalho ao capital, que inclui a formação de uma classe relativamente homogênea de indivíduos que não mais dependerão legalmente de um determinado empregador - como nos sistemas escravagista e de servidão -, mas dependerão economicamente, enquanto trabalhadores em geral, de toda uma classe de empregadores ou possíveis empregadores, refletindo-se também no plano particular simultaneamente nas relações entre o operário e o patrão.

As condições que favorecem o surgimento do sistema salarial estão associadas à eliminação de todas as restrições legais à liberdade do trabalhador e ao fato de, em geral, ter sido precedido (...) do surgimento de uma classe de pessoas privadas dos meios necessários a estabelecer-se como artesãos ou camponeses independentes, ou da considerável redução da esfera em que poderiam operar com lucro os artesãos detentores de um pequeno capital.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> DOBB, Maurice. Os salários. São Paulo, Cultrix, 1977. p.18.

Nesse sistema, o salário de base ou taxa de salários será determinado em seu limite superior expresso pelo crescimento da produtividade e no inferior, pelo valor dos meios de vida necessários à subsistência física do trabalhador.<sup>2</sup> O limite inferior contempla um componente moral e histórico dado pelo grau de organização política e sindical dos trabalhadores, tornando relativo o peso específico atribuído à subsistência física. Já, o aspecto moral refere-se ao grau de "aceitação social" pelas diversas classes sociais dos níveis de pobreza e pauperismo, por ventura, existentes.

No tocante ao incremento da produtividade - quando incorporado aos salários - este tende a remunerar melhor a força de trabalho, sem conseguir eliminar, entretanto, a contradição que consiste em poupar progressivamente a utilização do trabalho vivo, uma vez que aos incrementos crescentes de produtividade associam-se crescentes inovações tecnológicas incorporadas ao processo de trabalho, gerando o fenômeno do desemprego tecnológico, via automação.

A relação entre salários e renda, que em última instância é uma relação entre salários e lucros (renda pessoal e funcional), está ligada à política econômica como um todo. Ela revela o tipo de industrialização em curso em determinado país, sua estrutura agrária, seu sistema financeiro, etc.<sup>3</sup>

<sup>2</sup>A propósito, consultar SOUZA, Paulo Renato. Salário e mão-de-obra excedente. In: \_\_\_\_\_. Emprego, salários e pobreza. São Paulo, HUCITEC/FUNCAMP, 1980. cap. 1, p.7.56.

<sup>3</sup>MIGLIOLI, Jorge & SILVA, Sérgio. Redistribuição: um problema de salários e lucros. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Melo & COUTINHO, Renata, org. Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise. 2.ed. São Paulo, Brasiliense, 1983. v.2, p.174.

No caso do Brasil, raros são os estudos dedicados à repartição funcional da renda, à repartição da riqueza ou da propriedade; as pesquisas limitam-se à abordagem da concentração da renda pessoal ou a aspectos da distribuição salarial na estrutura ocupacional do país.

Para o entendimento da questão da distribuição de renda e dos seus diversos coeficientes de concentração ao longo da história, é de fundamental importância a análise histórica sobre a formação social que se queira estudar.

A origem da concentração de renda no Brasil é tratada por diversos historiadores econômicos, entre os quais Caio Prado Júnior, para quem a rigidez da distribuição de renda devia-se ao fato de estar assentada na estrutura de propriedade e de classes no país, voltadas

(....) exclusivamente para a exploração em larga escala de produtos de alto valor comercial como o açúcar, o algodão, o café, a borracha, o cacau; e assente no trabalho de escravos ou semi-escravos que formavam a massa camponesa do país. As condições econômicas fundamentais do país e a estrutura social que sobre elas se constituía, tornavam evidentemente inviável uma organização agrária democrática e de larga repartição da propriedade fundiária.<sup>4</sup>

Assim, dependendo do grau de mudanças impressas na estrutura social de um país (ocorrência de revoluções sociais ou ausência delas), os índices de concentração de renda se modificarão ou não na razão direta dessas ocorrências. Celso Fur-

<sup>4</sup>HOFFMANN, Rodolfo. Tendências da distribuição da renda no Brasil e suas relações com o desenvolvimento econômico. In: TOLIPAN, Ricardo & TINELLI, Arthur Carlos, org. A controvérsia sobre distribuição e desenvolvimento. Rio de Janeiro, Zahar, 1975. p.105-123.

tado afirma que o Brasil é um dos países de renda mais concentrada do mundo e, de acordo com suas palavras, isto não se explica senão pelo peso particular da estrutura fundiária.

Hoffmann calculou a variação do Índice de Gini sobre a concentração da posse da terra, desde 1920 a 1967, constatando que aquele Índice manteve-se bastante estável, assumindo valores ao redor de 0,84.\*

A rigidez demonstrada pela estrutura fundiária brasileira indica que o desenvolvimento capitalista na agricultura deu-se em moldes diferentes aos dos países onde a estrutura da propriedade estava melhor distribuída.

No entanto, a alta concentração da propriedade fundiária não foi o único elemento que determinou a elevada concentração de renda no país, ao longo da história. Mesmo diminuindo a parcela do produto relativo aos salários, pode ocorrer uma distribuição da renda de forma indireta, através da maior difusão da propriedade (reforma agrária, por exemplo) ou maior produção de bens e serviços sociais por parte do Estado.

Pelo exposto anteriormente, percebeu-se que a estrutura fundiária manteve uma rigidez bastante acentuada no que respeita à concentração da mesma. Quanto à ação do Estado, este não cumpriu adequadamente o seu papel de agenciador de políticas sociais, mas basicamente atendeu mais à acumulação de capital.

O sistema industrial brasileiro, pela sua concentração e oligopolização, criou no interior das empresas modernas uma diferenciação muito grande entre os salários de base e os mais

\*O coeficiente de Gini é uma medida resumida da dispersão; um valor próximo a zero indicaria completa igualdade e valores maiores tendentes a 1, desigualdade crescente.



elevados, contribuindo assim para acentuar a concentração de renda no país.

Mais recentemente, os salários urbanos indicavam um decenso relativo na participação da renda total. A evolução comparativa entre a massa de salários na indústria e seu valor adicionado evoluiu de 41% em 1962 para 35% em 1969. Considerando-se o caso americano e inglês, a parte relativa dos salários e ordenados na renda total passou de 55% e 47,7% na primeira década do presente século, respectivamente, para mais de 67%, em ambos os casos, nos primeiros anos da década de 60.<sup>5</sup>

Isso demonstra que é possível conciliar crescimento econômico com distribuição de renda e conseqüentemente com desenvolvimento social.

A um nível de informação mais agregada, observe-se o comportamento do PIB per capita e do salário mínimo real no Brasil, no período entre 1940 e 1984: reflete de uma maneira aproximada a evolução da produtividade e do salário mínimo real (gráfico 1).

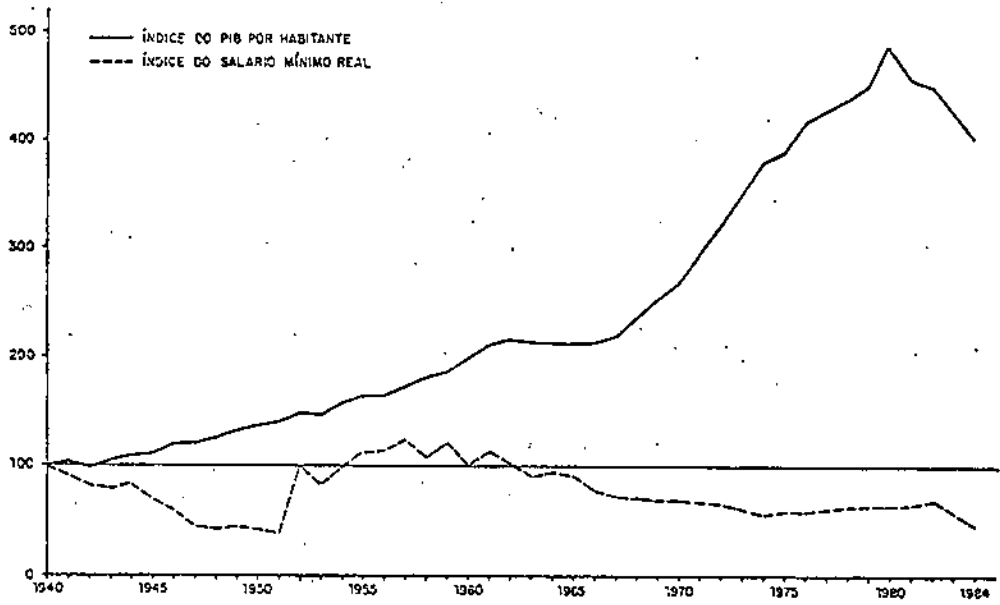
Este comentário é bem oportuno, ao afirmar que (...) de 1940 a 1984, o salário mínimo não acompanhou o custo de vida nem o aumento do produto nacional, caindo seu valor real para menos da metade, enquanto o país ficava quatro vezes mais rico.<sup>6</sup>

Essas informações sugerem, sem muitas dificuldades, que a riqueza quadruplicada naquele período não foi incorporada aos ganhos dos 39,6% da PEA que em 1983 ganhavam até 1 salário mínimo, ou mesmo dos 40,4% que se situavam entre 1 e 3 salários mínimos.

<sup>5</sup>MIGLIOLI & SILVA, p.165.

<sup>6</sup>CRESCIMENTO econômico e arrocho salarial. In: O ARROCHO salarial. São Paulo, Política, s.d. p.157-62. (Retrato do Brasil, 27).

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DO PRODUTO INTERNO BRUTO POR HABITANTE E DO SALÁRIO MÍNIMO REAL  
1940 - 1984. BASE 100 = 1940



FONTE: RETRATO DO BRASIL, n.27

## 2 A DETERMINAÇÃO DOS SALÁRIOS E SALÁRIO MÍNIMO LEGAL NO BRASIL

### 2.1 A DETERMINAÇÃO DO SALÁRIO DE BASE

Pareceria ociosa, à primeira vista, a discussão sobre a determinação do salário de base (ou taxa de salários) na economia brasileira, que junto com a distribuição salarial determina o padrão salarial. Esse padrão salarial tem uma conotação eminentemente histórica variando no tempo e articulando-se ao movimento da acumulação de capital.\*

Porém, à medida que se observa mais atentamente a estrutura ocupacional e a dinâmica do emprego na economia brasileira, nota-se que, apesar das elevadas taxas históricas do crescimento do emprego urbano (em torno de 4% a.a. de 1950-80), se desenvolve intersticialmente ao setor organizado da economia, o chamado mercado de trabalho "não-organizado".\*\* Este tem sustentado um percentual em torno de 28% do total da força de trabalho urbano nos últimos 30 anos.

É nesse contexto da estrutura ocupacional da PEA que se dá portanto o debate sobre o piso salarial da economia brasileira, ou em torno a que nível variam os demais salários.

Certamente a situação hoje, após 4 anos de recessão e

\*Os conceitos de taxa de salário, distribuição salarial e padrão salarial são os adotados por SOUZA, Paulo Renato. Salário e mão-de-obra excedente. In: \_\_\_\_\_ . Emprego, salários e pobreza. São Paulo, HUCITEC/FUNCAMP, 1980. cap.1, p.7.56.

\*\*Consulte-se SOUZA, cap.1.

portanto de desemprego, coloca um elemento novo no quadro social do país: aumento do nível de pobreza e miséria, frente à inexistência de quaisquer políticas amplas e sustentadas de bem-estar social.

Uma sociedade não previdente em relação a si própria, e que relega a um plano aleatório a reprodução de parcela majoritária de sua população, torna-se anômica enquanto agenciadora de um sistema auto-regulado.

O saldo dessa política depreciativa do patrimônio humano pode ser sintetizado nesta pequena e trágica notícia de jornal:

O exército está tendo problemas em conseguir recrutas no Nordeste devido à fome e à desnutrição. De 14 063 jovens inscritos para o serviço militar no Ceará, 8 219 foram dispensados ou desqualificados por baixa estatura, peso abaixo da média ou arcada dentária irregular.<sup>7</sup>

Não é objeto do presente relatório, a determinação da taxa de salários na economia nacional. Contudo, convém enunciar o problema, visto que não se trata de teoria equacionada tendo gerado, inclusive, polêmicas bastante acirradas. As duas posições mais conflitantes da discussão são as que se resumem a seguir.

Paulo Renato Souza e Maria da Conceição Tavares<sup>8</sup> definem a taxa de salários de base como sendo a remuneração ao trabalho direto não-qualificado na indústria; por sua vez, este é

<sup>7</sup>ALISTAMENTO militar no NE é prejudicado pela má alimentação. Folha de São Paulo, São Paulo, 25 fev. 1985. p.4.

<sup>8</sup>TAVARES, Maria da Conceição & SOUZA, Paulo Renato. Emprego e salários na indústria: o caso brasileiro. Revista de Economia Política, São Paulo, 1(1):3-29, jan./mar.1981.

responsável pela determinação da taxa de salários urbanos, tendo um efeito de "propagação" sobre as remunerações das demais atividades "modernas" e servindo, inclusive, como "farol" às receitas do chamado setor informal do mercado de trabalho.

A visão oposta é sustentada por Roberto Macedo.<sup>9</sup> Este, da mesma forma que Lewis, entende que, na maioria das economias em desenvolvimento, o setor capitalista moderno tem diante de si um excedente de mão-de-obra que pode ser empregado a salários de subsistência - responsável pelo piso salarial no setor capitalista. Abaixo desse nível mínimo, as empresas capitalistas não encontrarão trabalhadores, pois estes prefeririam trabalhar no setor informal.

Para Paulo Renato, ainda, o Estado no Brasil cumpre um papel importantíssimo na fixação da taxa de salários, pela política de salários mínimos:

Obviamente o Estado não dispõe de um sistema de informações" tão aperfeiçoado que lhe permita estabelecer justamente o nível salarial que seja compatível com o conjunto de determinantes mencionados. O nível fixado num momento dado será compatível ou não com os mesmos. Se o for, terá vigência durante um período; se não, será modificado por variações nos preços, pelo efeito de crises econômicas que interrompem o processo de acumulação, ou inclusive pelo surgimento de movimentos reivindicativos dos trabalhadores.<sup>10</sup>

Roberto Macedo, por sua vez, estabelece como limitada a cobertura da legislação do salário mínimo, uma vez que a maio-

<sup>9</sup>MACEDO, Roberto. Salário mínimo e distribuição da renda no Brasil. Estudos Econômicos, São Paulo, 11(1):43-56, jan./mar. 1981.

<sup>10</sup>TAVARES & SOUZA, p.17.

ria dos trabalhadores não-qualificados do informal recebe aquêm do limite mínimo legal. Isto ocorre justamente pelo fato de serem remunerados pelo salário de subsistência, conseqüência direta do excedente de mão-de obra na economia.

Em linhas gerais, a argumentação de Macedo parece orientar-se no sentido de contestar a eficácia do salário mínimo legal no combate à pobreza, afirmando que o salário de subsistência estabelece um piso para os salários do setor capitalista.

Tavares e Souza incursionam no mesmo estudo por áreas diversas da estrutura industrial, passando por uma análise aprofundada, no período 1952-74, da relação entre a evolução do salário real por ramos e o salário mínimo real de São Paulo; a análise mostra também que os salários médios não acompanharam o índice de aumento da produtividade na indústria.

A ênfase desse último estudo reside na explicação de que a variável padrão salarial depende da "heterogeneidade" estrutural" da indústria. Assim, a diferenciação ou a dispersão dos salários em relação ao salário de base tende a ocorrer na medida em que mais modernos e concentrados forem os setores de "ponta" em relação aos demais e mais baixa for a taxa de salários de base.<sup>11</sup>

Não há que se perder de vista aqui a importância, assinalada por Tavares e Souza, do fato de a base salarial ter se mantido ao nível do salário mínimo na indústria (em São Paulo). Os salários médios aumentaram em praticamente todos os ramos

<sup>11</sup>TAVARES & SOUZA, p.14.

industriais, com índices maiores nas indústrias de estrutura ocupacional diversificada. Já, as disparidades de salário alcançaram índices muito elevados.

Para diversas categorias de trabalhadores na grande indústria de São Paulo entre 1969-75,

(....) os salários baixos cresceram em 16% enquanto que os médios, 35%. Os ordenados altos, em contrapartida, cresceram 63%. Por outro lado, o trabalho de Considera (1979) mostra que os salários altos na indústria entre 1970 e 1974 cresceram 45% mais que os baixos. A ampliação das diferenciações salariais juntamente com a queda dos preços relativos dos bens duráveis de consumo, permitiu o ajuste entre uma distribuição desigual da renda e os novos padrões de consumo. Estes por sua vez se diferenciaram progressivamente para as camadas de altas rendas e se estenderam às camadas médias-baixas pelo aumento considerável de sua capacidade de endividamento estimulado pelos novos e muito dinâmicos, desenvolvimentos do sistema financeiro. Assim, a lógica da expansão do mercado para as indústrias explicitou-se, como assinalamos antes, por meio das características da distribuição pessoal da renda, dos esquemas de endividamento e do padrão de consumo, configurando a este nível mais concreto o padrão geral de acumulação da economia brasileira no período recente.<sup>12</sup>

## 2.2 A EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO LEGAL NO BRASIL

O salário mínimo foi fixado pela primeira vez em 1940, tendo sido reajustado depois de três anos, em 1943, como previa a lei. Os reajustes subsequentes ocorreram de maneira as-

<sup>12</sup>TAVARES & SOUZA, p.26.

sistemática e diferenciada, sendo que, no tempo, os índices do salário real oscilavam quase sempre abaixo do número índice base (tabela 1).

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DO SALÁRIO MÍNIMO REAL NO BRASIL-  
1940-84.

(BASE 1940 = 98,02)

ANO	ÍNDICE	ANO	ÍNDICE	ANO	ÍNDICE
1940	98,02	1955	111,04	1970	68,93
1941	89,35	1956	112,81	1971	65,97
1942	80,22	1957	122,65	1972	64,79
1943	78,78	1958	106,70	1973	59,37
1944	83,19	1959	119,45	1974	54,48
1945	67,03	1960	100,30	1975	56,93
1946	58,82	1961	111,52	1976	56,54
1947	44,94	1962	101,82	1977	58,92
1948	41,51	1963	89,51	1978	60,68
1949	42,18	1964	92,42	1979	61,29
1950	39,84	1965	89,19	1980	61,78
1951	36,80	1966	76,03	1981	63,34
1952	98,77	1967	71,96	1982	66,02
1953	81,35	1968	70,39	1983	56,10
1954	98,88	1969	67,74	1984	45,14

FONTE: Retrato do Brasil, 27

O valor real observado em 1984 é o mais baixo desde 1951, quando o salário mínimo nominal ficara congelado desde 1943, ano do primeiro reajuste.

Se fosse mantido o valor real original, o mínimo deveria ser da ordem da Cr\$ 309 936,00 (em cruzeiros de dezembro de 1984) ao invés dos Cr\$ 166 560,00 atuais, o que corresponde a uma defasagem de aproximadamente 50%.

De 1980 até final de 1984, a perda real do salário mínimo foi em torno de 16 pontos percentuais; isto demonstra o



quanto o reajuste salarial foi menor que a inflação.

Do segundo governo Vargas (1951-54) ao governo João Goulart (1961-64), o salário mínimo manteve-se sempre próximo, em média, ao ano base, sustentando especial poder real de compra durante o governo Juscelino Kubitschek (1956-61).

Não há dúvida de que naquele período as possibilidades de uma ação mais ampla e mais livre dos sindicatos permitiram aos trabalhadores em geral maior poder de barganha frente ao Estado e aos sindicatos patronais. Não é por acaso que, após 1964, o regime político autoritário, ao perseguir os movimentos e as lideranças sindicais mais combativas e independentes da tutela do Estado, coibiu a organização dos trabalhadores, cuja consequência ao nível econômico foi medida pelo chamado arrocho salarial, muito bem ilustrado pelos índices da tabela 1.

Ainda com respeito ao salário mínimo e à perda de seu poder aquisitivo no tempo, o DIEESE demonstrou que um trabalhador em 1959 despendia 65 horas e 5 minutos para a compra da ração essencial; em 1983 para essa mesma aquisição eram necessárias 172 horas e 10 minutos (mais de 3 semanas) de trabalho.

O salário mínimo nominal em dezembro de 1983 era de Cr\$ 57 120,00. Para esse período, o DIEESE estimava como salário mínimo necessário\* um montante 325,5% superior àquela cifra, ou seja, Cr\$ 243 065,61, valor capaz de satisfazer as necessidades normais do trabalhador e as de sua família, de acordo com o preceito constitucional.

\*Foi considerado, em cada mês, o maior valor da ração essencial das localidades pesquisadas. A família considerada é de dois adultos e duas crianças, sendo que estas consomem o equivalente a um adulto. Ponderando-se o gasto familiar, chega-se ao salário mínimo necessário.

### 3 A POLÍTICA SALARIAL E A EVOLUÇÃO DOS SALÁRIOS NA ECONOMIA BRASILEIRA

A política salarial instituída em 1979 trouxe consequências nefastas para a grande maioria dos trabalhadores. Desde o início da nova legislação, via decretos-lei, estava implícita a idéia da redivisão da massa de salários entre os assalariados, como se isso fizesse maior justiça ao conjunto dos trabalhadores. Através de acréscimos diferenciais nos salários, retirava-se uma parte dos salários dos trabalhadores melhor remunerados para dividi-la entre os de menores remunerações. Essa malfadada "operação Robin Hood" acabou redistribuindo a própria massa salarial ao invés de redistribuir a renda apropriada, de forma crescente, por outros setores, como no caso do capital financeiro. O Governo pretendia com essa política combater a inflação, seguindo ortodoxamente o receituário do FMI.

Os salários foram archoados e nem mesmo assim ocorreu inflexão na curva inflacionária.

Se um dos objetivos da política econômica é conter a inflação, as autoridades governamentais têm de restringir os aumentos de preços - o que é outra obviedade. A pergunta que se faz, todavia é a seguinte: por que o peso dessa restrição somente sobre os salários, deixando livre o lucro, que é o outro componente do preço?

Essa indagação se justifica ainda mais quando consideramos que a participação relativa dos salários nos preços é bastante pequena; na indústria, por exemplo, os salários correspondiam a 13% do

valor de produção tanto em 1962 como em 1969. Ademais, é preciso considerar novamente o crescimento da produtividade. De acordo com os dados gerais que podem servir de indicadores, a produtividade do trabalho no Brasil tem crescido, em média, de aproximadamente 3,5% ao ano, de 1960 em diante. Esse aumento de produtividade permitiria que os salários crescessem proporcionalmente, sem repercutirem sobre os preços. Que vemos entretanto?

No Brasil os acréscimos de salários são inferiores aos da produtividade, não contribuindo nem mesmo as elevações de preços; apesar disso, os preços não param de subir. Conclusão: só os lucros crescem (e como crescem).<sup>13</sup>

Quanto à perda do salário real dos trabalhadores, o próprio Ministério do Trabalho fez um balanço depois de 30 meses da aplicação da nova legislação salarial (Lei 6.708, de nov. 1979, e Lei 6.886, de dez. 1980) que previa reajustes salariais semestrais, em base a percentagens diferenciadas do INPC, segundo diferentes classes de salários (tabela 2). Essas duas leis eram "benevolentes" com as faixas salariais de até 10 salários mínimos, uma vez que previa para essas faixas um reajuste em percentuais superiores ao INPC, e somente nos salários acima de 11,5 SM começava o efeito mais violento da cascata. A Lei de dez. de 1980 era mais rigorosa ainda com as faixas salariais acima de 15 SM.

Como se pode observar na tabela 2, a queda crescente nas faixas salariais acima de 10 SM indica a perda real desses estratos, desde a implantação da nova política salarial.

<sup>13</sup>MIGLIOLI & SILVA, p.176.

TABELA 2 - VARIAÇÃO DO SALÁRIO REAL MÉDIO NOS TRINTA MESES DE VIGÊNCIA DA POLÍTICA DE REAJUSTES SEMESTRAIS, TENDO EM CONTA UNICAMENTE A CORREÇÃO ESTABELECIDADA POR LEI COM DIFERENTES TAXAS DO INPC (BASE 100: MAIO-NOV./79)

FAIXAS SALARIAIS (EM SALÁRIOS MÍNIMOS)	MESES DE REAJUSTE SALARIAL (MAIO-NOV./79 A ABRIL/OUT./82)
	MÉDIA GERAL
1	105,75
5	102,23
10	99,74
15	94,30
20	90,18
30	83,13

FONTE: Ministério do Trabalho (9 de setembro de 1982) publicado em Empleo Y Salários p.80, PREALC, OIT - 1984, Santiago de Chile

Para os semestres subsequentes a abr./out. 1982, a tendência tem sido a deterioração inclusive para as faixas inferiores, uma vez que o Decreto-Lei 2012, de fev. de 1983, previa o reajuste pleno do INPC só até as faixas de 1 a 3 SM, sendo todas as faixas subsequentes reajustadas a um percentual menor do índice integral.

O Decreto-Lei 2024, de junho de 1983, atenuou um pouco a situação, estendendo o reajuste integral do INPC até a faixa dos 7 SM.

Já, o Decreto-Lei 2045, de agosto de 1983, rebaixou o reajuste geral para 80% do INPC.

O nati-morto Decreto-Lei 2064 foi substituído ainda no mesmo mês de sua institucionalização, outubro de 1983, pelo Decreto-Lei 2065 que reestabeleceu o reajuste integral do INPC para as faixas de 1 a 3 mínimos e vigiu até outubro de 1984, sendo então substituído pela Lei 7.238 que manteve o mesmo

procedimento para os 3 salários mínimos do Decreto-Lei anterior e 80% para o restante das faixas salariais com livre negociação sobre os 20% restantes (tabela A.1).

A alta freqüência na aplicação de percentuais aquêm da reposição plena ou superior ao INPC erodiu, sem a menor dúvida, o poder aquisitivo da totalidade dos salários, com especial ênfase daqueles acima de 5 salários mínimos.

Essa situação de perda do poder de compra do salário real médio indexado, é agravada mais ainda pela chamada inflação futura.

Na atual situação do Brasil, estima-se que o processo de inflação crescente tenha comprometido de forma negativa a variação do salário real médio. Indicadores disso são os cálculos realizados pela Federação do Comércio de São Paulo sobre a corrosão salarial nos cinco anos (nov.79 a set.84), chegando às seguintes diferenças percentuais nas respectivas faixas salariais: 5 SM (-12,45), 10 SM (-26,81), 15 SM (-37,72), 20 SM (-46,61), 25 SM (-53,30), 30 SM (-58,85), etc. A única faixa salarial poupada, com um ganho de 5,64% nos 5 anos, foi a de 1 SM.

#### 4 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA DE SALÁRIOS E RENDIMENTOS DA PEA NO BRASIL E NO PARANÁ

A diferença na forma de publicação dos resultados dos censos demográficos de 1970 e 1980 cria dificuldades para a comparação entre o número de pessoas por faixa de rendimento, ademais das dificuldades existentes na metodologia de coleta dos dados. Os dados de rendimento aparecem estratificados em cruzeiros para 1970 e por faixas de salário em 1980 (tabela 3).

TABELA 3 - PERCENTUAL DA PEA, DE 10 ANOS E MAIS, COM RENDIMENTO DE ATÉ 3 SALÁRIOS MÍNIMOS, SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, NO BRASIL E PARANÁ - 1980

(Em %)

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	1980	
	Brasil	Paraná
Empregados	78	85
Autônomos	77	74
Empregadores	22	25

FONTE: IBGE - Censo Demográfico do Brasil e do Paraná, 1980

O que se representa na tabela 3 é simplesmente a situação de três categorias ocupacionais no Brasil e Paraná em 1980, que reafirma para o caso dos assalariados a dimensão do percentual de cada uma delas nos estratos inferiores de renda (até 3 salários mínimos).\*

\*Os números absolutos das tabelas 3 e 4 aparecem nas tabelas A.4 a A.7 de forma mais desagregados.

Chama a atenção a proporção maior de empregados que ganhavam até 3 salários mínimos no Paraná em relação ao país. Não há dúvida que isso se deve ao peso desempenhado ainda pelo emprego rural na estrutura do mercado de trabalho, concentrando os rendimentos nas faixas mais baixas, uma vez que o trabalho é pior remunerado no campo do que na cidade.

Comparando-se o Brasil com o Paraná nas taxas de incremento, nota-se que os dados discrepantes na tabela 4 referem-se basicamente à categoria de autônomos que decresceu naquela década em termos absolutos, dado que uma imensa categoria de trabalhadores agrícolas eram classificados pelo Censo Demográfico como autônomos. O quase aniquilamento dessa categoria coincide com o intenso processo migratório no Estado.

TABELA 4 - TAXA DE INCREMENTO DA PEA DE 10 ANOS E MAIS, SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, NO BRASIL E PARANÁ - 1970-1980

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	BRASIL 1980-70	PARANÁ 1980-70
Empregados*	73	84
Autônomos**	5,5	(22,3)
Empregadores	142	153,7
Sem Rendimento	(23)	(24)
TOTAL	46	25,7

FONTE: IBGE - Censo Demográfico do Brasil e Paraná, 1970 e 1980

\*Em 1980, o total dos empregados equivaliam ao somatório das seguintes categorias: "trabalhador agrícola volante", "parceiro ou meeiro empregado" e "empregado"

\*\*Em 1980, os autônomos correspondiam à soma dos "conta-própria" e parceiros e meeiros "conta-própria"

O maior incremento no Paraná do item empregados deve-se à consolidação da categoria empregados agrícolas e à elevada

expansão das atividades econômicas urbanas que cresceram a taxas superiores à da urbanização.

Entretanto, devido ao crescimento negativo do emprego rural na década, o saldo total no incremento da PEA foi bastante inferior ao verificado no país como um todo.

A linha dos sem rendimento decresceu em termos absolutos no país e no Estado, uma vez que, historicamente, o maior número de trabalhadores familiares sem remuneração localiza-se no campo. Com a crescente urbanização, esse fenômeno, embora bastante marcante no terciário, tende a decrescer.

Quanto à distribuição salarial no mercado de trabalho formal paranaense, conforme tabela 5, não se verifica uma diferença substancial na frequência das faixas de até 3 salários mínimos.

TABELA 5 - PERCENTUAL DE EMPREGADOS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL, SEGUNDO FAIXA DE SALÁRIOS, NO PARANÁ - 1980-83

FAIXA DE SALÁRIOS	1980	1981	1982	1983
Até 3	74,6	76,1	74,6	74,7
3 a 10	18,8	20,4	21,5	21,5
10 a 15	1,8	1,9	2,1	2,1
15 a 20	0,7	0,8	0,9	0,8
Mais de 20	0,7	0,7	0,8	0,7
TOTAL*	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: RAIS - Tabelas 10(c) e 01A(c)

\*A soma dos percentuais não totaliza os 100% devido ao não arredondamento das cifras

A menor proporção do número de empregados formais na faixa de até 3 salários mínimos, comparados com o total da PEA com igual rendimento no Paraná em 1980 (tabelas 3 e 5), deve-se fundamentalmente ao fato de que no emprego "organizado" o número



de pessoas com rendimentos de até 1 salário mínimo representa aproximadamente 8% sobre o total de empregados do setor; se for considerado o total da força de trabalho, incluindo o setor agrícola, essa proporção equivale a 30%.\*

Dessa maneira, a menor proporção de baixos rendimentos no mercado de trabalho formal faz com que a remuneração média desse setor seja superior ao conjunto do mercado de trabalho (formal e informal). Mesmo assim, como 45,6% em 1982 nesse mesmo setor formal se situavam na faixa de mais de 1 a 2 salários mínimos e 73% até 3 salários mínimos, pode-se inferir que a remuneração média não é muito elevada.

Aprofundam-se a seguir alguns aspectos recentes ligados ao rendimento das pessoas ocupadas por setor de atividade no Brasil e no Paraná, agrupadas em três grandes grupos: as que recebiam até 1 salário mínimo, as com mais de 1 salário mínimo e as sem rendimento, para o período 1981-83 (tabelas 6 e 7).

É bom ressaltar que o período de três anos não permite estabelecer comparações significativas na evolução dos rendimentos; serve apenas para indicar magnitude.

Comparando-se as classes até 1 salário mínimo no Brasil com Paraná, vê-se que os percentuais são maiores para a média nacional na agricultura e na indústria, sendo mais ou menos idêntico o percentual no terciário.

\*Esses percentuais referem-se à RAIS de 1982 e PNAD 1982 para o Paraná. Tomou-se 1982 como ano comparativo unicamente pela disponibilidade de dados comparáveis entre essas duas fontes citadas.

Consulte-se tabelas A.2 e A.3 sobre a distribuição do emprego no Paraná, segundo a PNAD, e A.10 e A.11 sobre o segmento organizado do mercado de trabalho por classe de salário mínimo e atividade.

TABELA 6 - EVOLUÇÃO TOTAL E PERCENTUAL DO NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS, COM RENDIMENTO ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO, MAIS DE 1 SALÁRIO MÍNIMO E TOTAL DE PESSOAS COM E SEM RENDIMENTO, SEGUNDO SETOR DE ATIVIDADE, NO BRASIL - 1981-83

ATIVIDADE ANO	ATÉ 1 SM		MAIS DE 1 SM		TOTAL DE PESSOAS COM RENDIMENTO		TOTAL DE PESSOAS SEM RENDIMENTO		TOTAL DE PES. COM E SEM RENDIMENTO	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
<b>Agrícola</b>										
1981	5 023 941	37,8	4 359 898	32,78	9 383 839	70,6	3 915 998	29,4	13 299 837	100
1982	6 505 856	46,0	3 440 778	24,3	9 946 634	70,3	4 192 824	29,7	14 139 458	100
1983	4 908 297	37,4	4 285 938	32,7	9 194 235	70,1	3 920 912	29,9	13 114 147	100
<b>Indústria<sup>1</sup></b>										
1981	2 272 741	20,2	8 822 925	78,6	11 095 666	98,8	130 077	1,2	11 225 743	100
1982	2 739 069	24,4	8 308 741	74,1	11 047 810	98,5	164 904	1,5	11 212 714	100
1983	3 743 196	30,5	8 373 375	68,1	12 116 571	98,6	176 783	1,4	12 292 354	100
<b>Terciário<sup>2</sup></b>										
1981	6 139 822	31,1	13 066 895	66,3	19 206 717	97,4	510 483	2,6	19 717 200	100
1982	8 052 224	37,9	12 527 386	59,0	20 579 610	96,9	680 812	3,1	21 260 422	100
1983	7 445 566	34,4	13 853 370	62,8	21 030 936	97,2	590 719	2,8	21 621 655	100
<b>Outras Atividades</b>										
1981	127 651	10,4	1 089 621	89,1	1 217 272	99,2	5 498	0,5	1 222 770	100
1982	150 508	11,7	1 157 950	88,2	1 308 458	99,9	4 799	0,1	1 313 257	100
1983	153 350	10,7	1 279 323	89,1	1 432 673	99,8	4 664	0,1	1 437 337	100
<b>TOTAL</b>										
1981	13 564 015	29,8	27 339 339	60,1	40 903 354	89,9	4 562 056	10,1	45 465 410	100
1982	17 447 657	36,4	25 434 855	53,1	42 882 512	89,5	5 043 339	10,5	47 925 851	100
1983	16 250 409	33,5	27 523 006	56,8	43 773 415	90,3	4 693 078	9,7	48 466 493	100

FONTE: IBGE - PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 1981-1982-1983

<sup>1</sup>Indústria = Indústria de Transformação, Construção e Outras Atividades Industriais

<sup>2</sup>Terciário = Comércio de Mercadorias, Prestação de Serviço, Serv. Aux. da Atividade Econômica, Transporte e Comunicação Social, Administração Pública

<sup>3</sup>Inclusive aqueles que receberam somente em benefícios

TABELA 7 - EVOLUÇÃO TOTAL E PERCENTUAL DO NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS COM RENDIMENTO ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO, MAIS DE 1 SALÁRIO MÍNIMO E TOTAL DE PESSOAS COM E SEM RENDIMENTO, SEGUNDO SETOR DE ATIVIDADE, NO PARANÁ - 1981-83

ATIVIDADE ANO	ATÉ 1 SM		MAIS DE 1 SM		TOTAL DE PESSOAS COM RENDIMENTO		TOTAL DE PESSOAS SEM RENDIMENTO		TOTAL DE PES. COM E SEM RENDIMENTO	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
<b>Agrícola</b>										
1981	379 854	24,7	531 881	34,6	911 735	59,2	626 379	40,8	1 538 114	100
1982	498 252	32,5	366 434	23,9	864 686	56,4	669 931	43,1	1 534 617	100
1983	414 309	27,3	464 314	31,0	878 623	58,3	637 157	41,7	1 515 780	100
<b>Indústria</b>										
1981	48 222	9,7	443 719	88,9	491 941	98,1	7 321	1,4	499 262	100
1982	100 176	18,7	427 784	79,8	527 960	98,5	7 978	1,5	535 938	100
1983	65 534	13,6	401 668	83,1	467 202	96,7	16 286	3,3	483 488	100
<b>Terciário</b>										
1981	315 020	27,9	776 446	68,9	1 091 466	96,8	36 132	3,2	1 127 598	100
1982	405 548	34,4	724 848	61,5	1 130 396	95,9	47 772	4,1	1 178 168	100
1983	386 991	32,0	781 107	64,5	1 168 098	96,5	42 629	4,5	1 210 727	100
<b>Outras Atividades</b>										
1981	6 122	9,0	61 577	90,0	67 699	99,9	109	0,1	67 808	100
1982	9 595	12,3	68 135	87,6	77 730	99,9	323	0,98	77 837	100
1983	3 845	4,6	78 559	94,5	82 404	99,1	702	0,99	83 106	100
<b>TOTAL</b>										
1981	749 218	23,2	1 813 623	56,1	2 562 841	79,3	669 941	20,7	3 232 782	100
1982	1 013 571	30,5	1 586 985	47,7	2 600 556	78,2	726 004	21,8	3 326 560	100
1983	870 679	26,4	1 725 648	52,4	2 596 327	78,8	696 774	21,2	3 293 101	100

FONTE: IBGE - PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 1981-1982-1983

<sup>1</sup>Indústria = Indústria de Transformação, Construção e Outras Atividades Industriais

<sup>2</sup>Terciário = Comércio de Mercadorias, prestação de Serviço, Serv. Aux. da Atividade Econômica, Transporte e Comunicação Social, Administração Pública

<sup>3</sup>Inclusive aqueles que receberam somente em benefícios

O que chama atenção no Paraná é o elevado percentual de pessoas sem rendimento na agricultura, fato este talvez devido à elevada participação do trabalho familiar nos estabelecimentos agrícolas do Estado.

É de se supor que a grande maioria desses aproximadamente 43% no Brasil e 47% no Paraná, em 1983 (os com rendimento até 1 salário mínimo mais os sem rendimento), constitua o "contingente dos pauperizados" que suportam, tanto no campo como na cidade, baixíssimo padrão de sobrevivência, desprotegidos pelos mecanismos previdenciários e desprovidos dos serviços sociais básicos. Supõe-se também que grande número dessas pessoas estava extraindo suas rendas da seguinte maneira:<sup>14</sup>

- a) rendas derivadas: solução antiga (empregadas domésticas, trabalhadores intermitentes, bôias-frias); vivendo nos interstícios das atividades econômicas organizadas;
- b) produção competitiva: caso típico de vendedores ambulantes; ampliação da produção de bens domésticos;
- c) transferências privadas: furtos, esmolas, atos ilícitos, prostituição, auxílios, etc.

Um outro critério para avaliar a distribuição do rendimento pode ser a distribuição do número de famílias residentes em domicílios particulares, por classes de rendimento mensal familiar (tabelas 8 e 9).

<sup>14</sup>CASTRO, Antonio Barros de. Balanco atual sobre a teoria da crise econômica internacional. Rio de Janeiro, 1984. Conferência realizada em 13 ago. 1984 no 1º Congresso Internacional de Política Econômica, Rio de Janeiro, 12-17 ago. 1984.

TABELA 8 - NÚMERO DE FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, POR CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR, NO BRASIL - 1981-83

ANO	TOTAL	FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES							
		Classes de Rendimento Mensal Familiar (em Salários Mínimos)							
		Até 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10 a 20	Mais de 20	Sem Rendimento <sup>1</sup>	Sem Declaração
1981	27 689 832	4 607 270	5 933 772	9 127 319	4 342 122	2 016 088	946 729	501 660	214 871
1982	28 930 989	6 120 427	6 715 503	8 922 259	3 943 470	1 784 330	731 467	522 706	190 827
1983	29 825 271	5 032 576	6 507 547	9 479 861	4 656 063	2 277 983	1 021 167	636 975	203 039

FONTE: Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios - PNAD, Brasil - 1981-1982-1983

<sup>1</sup>Inclusiva as famílias cujos componentes receberam somente benefícios

TABELA 9 - NÚMERO DE FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, POR CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR, NO PARANÁ - 1981-83

ANO	TOTAL	FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES							
		Classes de Rendimento Mensal Familiar							
		Até 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10 a 20	Mais de 20	S/Rendimento <sup>1</sup>	S/Declaração
1981	1 731 964	227 142	402 553	663 219	254 730	105 843	44 799	24 771	8 507
1982	1 760 278	332 894	487 963	571 536	217 651	90 051	26 244	27 132	6 907
1983	1 833 718	276 323	448 900	616 088	282 528	118 526	45 117	36 710	9 426

FONTE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, Paraná - 1981-1982-1983

<sup>1</sup>Inclusiva as famílias cujos componentes receberam somente em benefícios

É expressivo o número de famílias que ganham até 1 salário mínimo, no país; em 1983 esse número representava 16,8% do total de famílias recenseadas pela PNAD. Se for adicionado o número de famílias sem rendimento, chega-se a 19%. Tudo leva a crer que essas 5,6 milhões de famílias estão na fronteira da pobreza e da miséria absoluta.

Se os percentuais das famílias no Paraná que se situam no limite crítico da sobrevivência apresentam-se levemente inferiores à média nacional - 15% para as famílias com rendimento mensal de até 1 salário mínimo e 17% se consideradas juntamente com aquelas sem rendimento - isso não significa que o problema

seja menor quanto à sua gravidade social.

A análise detalhada da evolução dos salários nos setores organizados das atividades econômicas urbanas mereceria estudo específico, uma vez que deve ser observada uma série evolutiva maior do que as atualmente disponíveis, a fim de verificar eventuais modificações, tanto ao nível do salário médio real como no grau de concentração dos salários nos diversos ramos de atividade, bem como o volume de emprego neles contido ao longo da série (tabelas A.10 e A.11).

## 5 ALGUMAS CONCLUSÕES PRELIMINARES

Durante toda a exposição do presente relatório, tentou-se inscrever a questão salarial dentro de um contexto maior: a distribuição de renda, que não considere apenas a distribuição pessoal da renda, mas que seja reveladora do tipo de apropriação do produto como um todo.

As características da política econômica imprimiram ao desenvolvimento econômico um modelo de concentração de renda que favoreceu a demanda de bens de consumo duráveis e bens de luxo, em detrimento da procura de bens característicos do consumo da população de renda mais baixa.

Os percentuais dessa concentração (tabela 10) revelam que a fatia dos 80% mais pobres não só decresceu no tempo como é aproximadamente equivalente, em 1980, aos 5% mais ricos.

TABELA 10- DISTRIBUIÇÃO DA RENDA ENTRE PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS - 1960-1970-1980

% DA RENDA TOTAL RECEBIDA PELOS	1960 (a)	1970 (b)	1980 (c)
50% + Pobres.	17,7	15,0	14,2.
80% + Pobres	45,5	48,4	36,8
10% + Ricos	38,9	46,4	47,8
5% + Ricos	27,4	34,1	34,8

FONTE: a) Hoffmann e Duarte (1972); b) C. Langoñi (1973); c) Hoffmann (1982) - in Revista de Economia Política vol. 3, n. 1 - Brasiliense - jan./mar. 1982

Ninguém melhor do que Celso Furtado para sintetizar a questão da distribuição da renda, principalmente no quadro de transição política atual:

Esse é um problema crucial (o da distribuição de renda) que está ligado em primeiro lugar à estrutura agrária e ao controle da terra, e, em segundo, à autonomia da sociedade civil. Esses são os dois parâmetros que definem a distribuição da renda. Pensa-se que é o mercado que define isso, não é bem assim. Por que a renda é tão bem distribuída na Argentina? Por que desde o começo a população que chegou lá, de origem européia, organizou-se, defendeu seus interesses e conseguiu salários elevados. Nunca mais se pôde voltar atrás. No caso do Brasil, na origem da nossa estrutura social, e portanto da distribuição de renda está a questão da terra. Como ela era a principal fonte de riqueza e estava nas mãos de uma minoria, para trabalhar e sobreviver era preciso subordinar-se a essa oligarquia que controlava a terra. Isso é muito difícil no Nordeste. O homem que trabalha a terra tem de entregar metade do que produz a alguém. Esse é o imposto mais alto que se paga em qualquer país do mundo. Mesmo nas sociedades ricas não se paga tanto imposto como paga o pobre do Nordeste por meio do controle da terra por outro. A consequência é que ou esses homens aceitam essa situação ou migram para outras terras. Vão para as novas fronteiras agrícolas e abrem a terra que depois é apropriada por outros. Continuam como mão-de-obra barata. O segundo ponto é o da organização da sociedade civil no qual tem grande importância a greve, por exemplo, que sempre foi um poder exercido para mudar a distribuição de renda. Foi por meio da pressão exercida pela massa operária organizada que se tornou possível desconcentrar a renda em países como os da Europa, permitindo alcançar a homogeneidade social que eles apresentam hoje. Como o empresário pode, por meio do controle da téc-



nica, seja substituir mão-de-obra, seja introduzir novos produtos e, portanto, modificar os preços em benefício próprio, ele está sempre criando um excedente. Esse excedente só beneficia os trabalhadores que puderam exercer pressão e modificarem as condições ditadas pelo mercado.

O mercado de trabalho está em permanente evolução nas sociedades modernas em decorrência da pressão exercida pelos grupos organizados, e é o setor mais dinâmico da classe trabalhadora que naturalmente abre o caminho, porque os salários por ele obtidos é logo reivindicado por outros. Dessa forma, o piso de salários vai subindo e é possível homogeneizar aos poucos a sociedade. É uma lógica sutil: o avanço tecnológico cria excedentes para os que controlam a empresa e a organização social permite que esses excedentes sejam distribuídos para um grupo mais amplo. Isso é o que permitiu o desenvolvimento moderno.

No nosso país, como a sociedade civil não alcançou ainda esse grau de organização, tivemos uma permanente tendência à concentração da renda. Quanto mais a economia brasileira avançou, mais a renda se concentrou, e os censos realizados nos permitem medir isso. É desses dois fatores que aponte que a meu ver a distribuição da renda depende, e nos da clarividência de quem está por cima, porque é evidente que isoladamente o empresário sempre imagina que não pode dar aumento de salários. Ele só faz isso quando os outros agem da mesma forma, e essa situação só pode ocorrer dentro de um pacto social dinâmico, de uma relação de forças dentro da própria sociedade que interesse a todos, pois só assim a todos se sentirão comprometidos.<sup>15</sup>

Dessa forma, continuamente há que incorporar os fatores políticos e sociológicos sobre este problema para que se possa transcender as análises estritamente economicistas.

<sup>15</sup>FURTADO, Celso. O Estado de São Paulo. São Paulo, 24 fev. 1985. Entrevista caderno de cultura.

Relembre-se, por exemplo, as posições da ala não-clássica e produtivista dos economistas, que participavam durante anos do poder de Estado no Brasil, as quais propalavam como necessário o crescimento com distribuição *ex post*: o bolo cresceu e sem contudo tratar-se de um bolo imaginário, jamais foi parcialmente redistribuído à imensa maioria que o produziu.

Por outro lado, essa questão transcende a medidas populistas-distributivistas, não se limitando a meros aumentos via decreto ou declaração de intenções de palanque.

Nas condições atuais do Brasil, uma política redistributiva da renda, além de redefinir a política salarial que preservaria o poder de compra dos assalariados, deve contemplar medidas compensatórias como: o acesso e apropriação gratuita de bens e serviços sociais, e geração de empregos para esse exército nacional de deserdados (subempregados e desempregados crônicos) que soma milhões de pessoas.

A retomada do crescimento econômico é condição necessária mas não suficiente para enfrentar o problema. Há que existir um engajamento decidido por parte do Estado, através da alocação de recursos e investimentos em obras de infra-estrutura de bens e serviços de natureza social (saneamento, habitação, saúde, alimentação, educação, segurança, transporte urbano, etc.).

Deve-se inverter a ótica a respeito dos investimentos em gastos sociais que têm sido tratados pelos tecnocratas autoritários como inibidores da expansão do aparelho produtivo.

As políticas sociais possuem alto efeito expansivo sobre a renda e produto nacional. Estamos hoje numa situação paradoxal onde o "bolo para crescer deve ser melhor dividido" e as políticas sociais constituem-se numa

das formas mais adequadas para alcançar uma melhor distribuição da renda e do produto reais, e com elas a dinamização do mercado interno; isto porque, de um lado, são geradoras de grande número de emprego e de salários básicos, o que é um poderoso estímulo às indústrias de bens de consumo-salário, bem como, por outro lado, a implantação de sólidos programas de investimentos sociais dinamizam os setores produtores de insumos e de equipamentos. Isto não significa dizer que julgamos que a expansão econômica de longo prazo possa repousar exclusivamente sobre gastos e investimentos em programas sociais.<sup>16</sup>

Essas medidas só se concretizarão se garantidas pela capacidade de pressão dos setores sociais interessados, o que coloca a questão da participação política de tais setores e de sua representatividade junto ao aparelho de Estado.

O país já começa a viver momentos importantes no que diz respeito à transição para um regime democrático pleno, mas tal regime só cobrirá força se conseguir realizar as mudanças que a sociedade está a exigir.

<sup>16</sup>PASSOS, Carlos Artur Krüger. O Paraná e as questões sociais. Curitiba, 1985. Documento apresentado no Seminário Paraná: os caminhos do futuro, Curitiba, 30 jan./1985.

**ANEXO 1 - TABELAS**

TABELA A.1 - REAJUSTES SALARIAIS DE DIFERENTES CLASSES DE SALÁRIOS COM BASE NO INPC, SEGUNDO A LEGISLAÇÃO SALARIAL A PARTIR DE 1979 (Em %)

SALÁRIO MÍNIMO	LEGISLAÇÃO SALARIAL E REAJUSTES (EM PERCENTAGENS DO INPC)						
	Lei		Decreto-Lei				
	6 078 (Nov.1979)	6 886 (Dez.1980)	2 012 (Fev.1983)	2 024 (Jun.1983)	2 045 (Ago.1983)	2064 (Out.1983)	2 065 (Out.1983)
1 - 3	110,00	110,00	100,00	100,00	80,00	100,00	100,00
4	107,50	107,50	98,75	100,00	80,00	95,00	95,00
5	106,00	106,00	98,00	100,00	80,00	92,00	92,00
6	105,00	105,00	97,50	100,00	80,00	90,00	90,00
7	104,29	104,29	97,14	100,00	80,00	88,00	88,57
8	103,75	103,75	95,00	97,50	80,00	84,00	85,00
9	103,33	103,33	93,33	95,55	80,00	80,00	82,22
10	103,00	103,33	92,00	94,00	80,00	77,00	80,00
11	100,91	100,91	90,91	92,73	80,00	75,00	78,18
12	99,17	99,17	90,00	91,67	80,00	73,00	76,67
13	97,69	97,69	89,23	90,77	80,00	71,00	75,38
14	96,43	96,43	88,57	90,00	80,00	69,00	74,28
15	95,33	95,33	88,00	89,33	80,00	68,00	73,33
16	94,38	92,50	85,62	86,87	80,00	66,00	71,88
17	93,53	90,00	83,53	84,71	80,00	64,00	70,59
18	92,78	87,78	81,67	82,78	80,00	62,00	69,44
19	92,11	85,79	80,00	81,05	80,00	60,00	68,42
20	91,00	84,00	78,50	79,50	80,00	58,00	67,50
21	90,95	80,00*	74,76*	75,71*	80,00	56,00	66,67
22	90,45	76,36	71,36	72,27	80,00	53,00	65,91
23	90,00	73,04	68,26	69,13	80,00	51,00	65,22
24	89,58	70,00	65,42	66,25	80,00	49,00	64,58
25	89,20	67,20	62,80	63,60	80,00	47,00	64,00
26	88,85	64,61	60,38	61,15	80,00	45,00	63,46
27	88,52	62,22	58,15	58,89	80,00	43,00	62,96
28	88,21	60,00	56,07	56,79	80,00	42,00	62,50
29	87,93	57,93	54,14	54,83	80,00	40,00	62,07
30	87,67	56,00	52,33	53,00	80,00	39,00	61,67
31	87,42	54,19	50,65	51,29	80,00	38,00	61,29
32	87,19	52,50	49,06	49,69	80,00	37,00	60,94
33	86,97	50,91	47,58	48,18	80,00	35,00	60,61
34	86,76	49,41	46,18	46,76	80,00	33,00	60,29
35	86,57	48,00	44,86	45,43	80,00	32,00	60,00
36	86,39	46,67	43,61	44,17	80,00	31,00	59,72
37	86,22	45,41	42,43	42,97	80,00	30,00	59,46
38	86,05	44,21	41,31	41,84	80,00	30,00	59,21
39	85,88	43,08	40,26	40,77	80,00	30,00	58,97
40	85,71	42,00	39,25	39,75	80,00	30,00	58,75
+ de 40	-	-	-	-	80,00	30,00	-

FONTE: AGUIAR, M. A. de Souza; ARRUDA Marcos;

\*A partir de 20 salários mínimos o reajuste será composto da parcela indicada adicionada de negociação

TABELA A.2- PESSOAS OCUPADAS POR CLASSE DE RENDIMENTO MENSAL, SEGUNDO RAMO DE ATIVIDADE, NO BRASIL - 1981/83

RAMOS DE ATIVIDADE	CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL (SALÁRIO MÍNIMO)								TOTAL
	Até 1/2	1/2 a 1	1 a 2	2 a 5	5 a 10	Mais de 10	Sem Rendimento <sup>1</sup>	Sem Declaração	
<b>Agrícola</b>									
1981	2 022 088	3 001 853	2 765 778	1 162 196	240 663	125 439	3 915 998	65 822	13 299 837
1982	2 853 238	3 652 618	2 193 975	672 138	210 304	87 583	4 192 824	76 778	14 139 458
1983	1 687 758	3 220 539	2 660 247	1 096 196	294 461	166 998	3 920 912	68 036	13 115 147
<b>Ind. de Transformação</b>									
1981	398 151	721 874	2 059 931	2 311 693	773 511	424 772	90 519	20 196	6 810 647
1982	473 406	1 183 590	2 246 169	2 008 654	634 131	341 774	122 898	18 875	7 029 497
1983	420 540	961 920	1 849 895	2 165 447	783 793	422 904	135 928	14 359	6 774 766
<b>Indústria da Construção</b>									
1981	507 492	521 561	1 310 071	1 079 794	138 056	61 636	32 982	12 252	3 663 844
1982	154 004	761 196	1 461 688	836 078	104 219	61 909	37 711	6 448	3 423 253
1983	1 403 921	766 450	1 247 938	921 040	131 815	70 637	30 846	35 085	4 627 732
<b>Outras Ativ. Industriais</b>									
1981	37 202	86 461	182 443	267 618	98 568	76 170	6 576	2 214	751 252
1982	38 479	128 394	182 908	248 656	96 509	56 177	4 295	4 546	759 964
1983	35 171	115 194	195 432	300 038	135 066	88 119	10 009	10 807	889 836
<b>Comércio de Mercadorias</b>									
1981	335 516	652 789	1 472 329	1 331 696	403 467	177 794	247 474	27 157	4 688 222
1982	463 442	1 020 476	1 463 241	1 131 685	355 198	160 984	330 915	17 542	4 953 483
1983	331 076	982 564	1 400 818	1 355 785	502 604	231 534	292 062	15 724	5 112 167
<b>Prestação de Serviços</b>									
1981	2 191 073	1 689 872	1 574 159	1 006 140	204 572	63 973	203 641	23 154	6 956 584
1982	2 746 325	2 062 979	1 521 138	895 981	171 356	57 883	259 628	16 349	7 731 639
1983	2 273 664	2 274 102	1 678 527	1 060 742	287 404	84 019	220 964	13 428	7 892 850
<b>Serviço Aux. da Ativ. Econ.</b>									
1981	37 136	113 028	287 077	368 269	210 241	168 735	9 088	4 262	1 197 836
1982	52 347	174 048	300 818	345 911	189 199	155 226	18 954	5 611	1 242 114
1983	34 446	151 958	259 472	326 332	228 547	197 865	13 235	8 989	1 220 844
<b>Transporte e Comunicação</b>									
1981	44 056	124 288	408 032	846 731	220 741	105 173	13 172	5 793	1 767 986
1982	55 070	182 815	507 912	765 603	216 061	77 743	20 891	5 156	1 831 251
1983	40 258	152 403	362 266	779 164	297 544	130 195	18 782	3 021	1 777 653
<b>Social</b>									
1981	252 205	415 709	952 160	1 017 312	346 955	241 197	36 996	9 901	3 272 435
1982	316 160	625 871	1 036 272	885 506	337 229	217 091	50 319	15 499	3 483 941
1983	291 345	596 064	941 200	1 034 164	407 979	280 511	45 384	10 948	3 607 595
<b>Administração Pública</b>									
1981	96 971	147 039	434 117	716 720	264 275	163 508	112	11 255	1 833 997
1982	103 682	249 009	537 539	687 966	266 413	166 023	105	7 257	2 017 994
1983	82 731	234 955	446 022	723 604	303 965	209 326	292	9 651	2 010 546
<b>Outras Atividades</b>									
1981	47 622	80 029	186 913	443 056	258 214	195 663	5 498	5 775	1 222 770
1982	51 673	98 835	265 968	459 246	235 624	189 853	4 799	7 259	1 313 257
1983	39 628	113 722	232 718	504 163	301 949	231 361	4 664	9 132	1 437 337
<b>TOTAL</b>									
1981	5 969 512	7 594 503	11 643 010	10 551 223	3 159 263	1 798 060	4 562 056	187 781	45 465 410
1982	7 307 826	10 139 831	11 717 628	9 137 418	2 826 243	1 572 246	5 043 339	181 320	47 925 851
1983	6 640 538	9 609 871	11 274 555	10 266 675	3 669 127	2 113 469	4 693 078	199 180	48 466 493

FONTE: IBGE, PNAD - Brasil, 1981-83

NOTA: Exclusiva a população rural da região norte.

<sup>1</sup>Inclusive as pessoas que receberam somente em benefícios.

TABELA A.3 - PESSOAS OCUPADAS POR CLASSE DE RENDIMENTO MENSAL, SEGUNDO RAMO DE ATIVIDADE, NO PARANÁ - 1981-83

RAMOS DE ATIVIDADE		CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL (SALÁRIO MÍNIMO)							TOTAL	
		Até 1/2	Mais de 1/2 à 1	Mais de 1 à 2	Mais de 2 à 5	Mais de 5 à 10	Mais de 10	Sem Rendimento		Sem Declaração
Agrícola	1981	116 100	263 754	312 956	154 863	37 533	20 736	626 379	5 793	1 538 114
	1982	164 010	334 242	223 622	106 442	24 012	7 742	669 931	4 616	1 534 617
	1983	117 226	297 083	256 718	133 868	42 679	23 970	637 157	7 079	1 515 780
Indústria de Transformação	1981	8 275	21 428	125 468	92 640	21 997	10 810	3 525	-	284 143
	1982	8 559	58 072	136 426	74 997	16 694	9 527	4 573	570	309 418
	1983	6 775	40 553	117 199	85 953	23 681	9 931	9 764	109	293 965
Indústria da Construção Civil	1981	2 934	14 119	71 224	79 435	10 005	1 911	3 417	488	183 533
	1982	3 203	26 417	91 120	59 772	5 525	2 639	3 405	355	192 436
	1983	953	15 091	68 172	57 992	7 882	2 523	6 152	109	158 874
Outras Atividades Industriais	1981	-	1 466	10 069	14 060	3 323	2 289	379	-	31 586
	1982	-	3 925	11 500	11 038	5 089	2 532	-	-	34 084
	1983	-	2 162	9 834	11 624	4 391	2 268	370	-	30 649
Comércio de Mercadorias	1981	18 609	31 999	114 373	96 235	24 206	14 618	17 232	380	317 652
	1982	19 755	51 253	113 670	70 035	22 234	10 293	24 800	107	312 147
	1983	14 134	46 655	102 246	89 264	37 259	17 446	20 218	1 584	328 806
Prestação de Serviços	1981	124 632	77 374	83 829	51 564	10 977	3 756	17 161	488	367 781
	1982	145 467	92 257	79 048	50 428	8 062	3 459	18 733	-	397 454
	1983	130 164	115 639	88 794	63 056	18 068	3 660	17 594	-	436 975
Serv. Aux. da Atividade Econômica	1981	2 111	3 738	18 677	18 956	11 561	5 227	867	-	61 137
	1982	4 156	11 319	22 318	21 399	9 876	7 171	363	214	76 816
	1983	1 916	9 453	17 324	18 396	15 166	13 761	918	-	76 934
Transporte e Comunicação	1981	1 247	5 082	26 911	54 438	12 545	5 878	109	109	106 259
	1982	1 848	8 867	33 584	38 841	13 424	5 803	817	-	103 184
	1983	476	6 585	17 820	47 443	16 807	7 690	1 792	-	98 613
Social	1981	11 536	29 362	59 697	59 122	15 159	9 478	763	109	185 226
	1982	15 220	38 114	58 676	43 808	18 251	7 384	3 059	216	184 728
	1983	9 941	36 561	42 550	48 491	22 912	10 826	2 107	219	173 607
Administração Pública	1981	4 234	5 096	28 228	35 155	10 774	6 056	-	-	89 543
	1982	3 432	13 860	38 933	28 549	12 640	6 070	-	355	103 839
	1983	2 264	13 203	26 532	33 771	11 580	8 076	-	366	95 792
Outras Atividades	1981	2 331	3 791	8 936	27 619	16 114	8 908	109	-	67 808
	1982	3 333	6 262	15 908	29 456	16 177	6 271	323	107	77 837
	1983	702	3 142	15 967	31 412	21 954	9 117	702	109	83 106
TOTAL	1981	292 009	457 209	858 368	684 087	174 194	89 607	669 941	7 367	3 232 782
	1982	368 983	644 588	824 805	534 765	151 984	68 891	726 004	6 540	3 326 560
	1983	284 551	586 128	763 156	621 270	222 379	109 268	696 774	9 575	3 293 101

FONTE: IDCE, PNAD, PARANÁ, (1981-83)

TABELA A.4 - PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS DE 10 ANOS E MAIS POR RENDIMENTO MÉDIO MENSAL E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, NO BRASIL - 1970  
(Em Cr\$)

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	ATÉ 100	100 a 200	200 a 300	300 a 500	500 a 1 000	1 000 a 2 000	MAIS DE 2 000	S/DECLARAÇÃO	S/RENDIMENTO	TOTAL
Empregados	3 089 428	5 388 483	2 106 911	1 882 187	1 209 480	445 317	176 978	473 288	-	16 193 552
Autônomos	4 809 293	2 884 297	828 598	648 118	421 333	134 971	57 821	210 510	-	9 994 994
Empregadores	18 199	48 593	39 193	74 783	118 126	80 144	60 889	5 282	-	445 189
Não-remunerado	16 454	7 946	3 500	3 602	2 678	257	339	6 522	2 873 042	2 914 322
Sem declaração	216	231	143	39	73	26	19	8 407	-	9 167
<b>TOTAL</b>	<b>9 354 530</b>	<b>8 329 550</b>	<b>2 978 309</b>	<b>2 608 729</b>	<b>1 751 690</b>	<b>642 450</b>	<b>296 046</b>	<b>704 078</b>	<b>2 873 042</b>	<b>29 587 224</b>

FONTE: IBGE - Censo Demográfico - Brasil - 1970

TABELA A.5 - PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS DE 10 ANOS E MAIS POR RENDIMENTO MÉDIO MENSAL E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, NO BRASIL - 1980  
(Salário Mínimo)

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	ATÉ 1	MAIS DE 1 A 2	MAIS DE 2 A 3	MAIS DE 3 A 5	MAIS DE 5 A 10	MAIS DE 10 A 20	MAIS DE 20	S/RENDIMENTO	S/DECLARAÇÃO	TOTAL
Empregados	9 101 327	9 232 842	3 658 691	3 040 489	1 856 369	743 258	315 098	16 830	104 573	28 069 477
Autônomos	4 250 140	2 670 069	1 240 090	1 106 538	674 707	291 966	122 485	185 541	2 834	10 545 970
Empregadores	51 002	86 340	100 723	204 341	261 245	205 970	164 334	6 147	318	1 080 420
Não Remunerados	28 111	3 734	1 694	1 728	1 301	599	408	2 193 888	44	2 231 508
Sem declaração	110 104	63 425	21 033	15 915	9 434	4 290	1 968	26 731	91 251	344 151
<b>TOTAL</b>	<b>13 574 554</b>	<b>12 066 211</b>	<b>5 026 959</b>	<b>4 372 195</b>	<b>2 804 738</b>	<b>1 246 654</b>	<b>604 471</b>	<b>3 340 910</b>	<b>199 020</b>	<b>43 235 712</b>

FONTE: IBGE - Censo Demográfico - Brasil - 1980



TABELA A.6 - PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS DE 10 ANOS OU MAIS POR RENDIMENTO MÉDIO MENSAL E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO  
 PARANÁ - 1970

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	ATE 100	MAIS DE 100 a 200	MAIS DE 200 a 300	MAIS DE 300 a 500	MAIS DE 500 a 1 000	MAIS DE 1 000 a 2 000	MAIS DE 2 000	SEM DE-CLARAÇÃO	SEM REN-DIMENTO	TOTAL
Empregados	263 518	363 209	120 369	85 969	44 222	17 111	4 871	22 417	-	921 686
Autônomos	270 874	369 226	99 896	68 053	33 647	9 704	3 672	19 956	-	875 028
Empregadores	1 710	6 119	3 736	5 766	7 722	5 020	3 602	411	-	34 096
Não-Remunerado	1 771	578	411	362	197	57	29	422	4 410 050	445 693
Sem Declaração	-	-	26	-	-	6	-	216	-	251
TOTAL	537 873	739 961	224 438	160 150	85 788	31 898	12 174	43 422	4 410 050	2 276 754

FONTES: IBGE - Censo Demográfico - Paraná - 1970

TABELA A.7 - PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS DE 10 ANOS OU MAIS, POR RENDIMENTO MÉDIO MENSAL E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO -  
 PARANÁ - 1980

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	ATE 1	MAIS DE 1 a 2	MAIS DE 2 a 3	MAIS DE 3 a 5	MAIS DE 5 a 10	MAIS DE 10 a 20	MAIS DE 20	SEM REN- OIMENTO	SEM DE- CLARAÇÃO	TOTAL
Empregados	596 370	641 883	200 388	137 850	78 269	29 815	10 047	774	4 704	1 700 099
Autônomos	207 049	200 713	94 479	84 752	54 089	24 641	10 456	3 484	80	679 743
Empregadores	3 463	8 439	9 687	16 936	19 884	15 530	12 271	299	15	86 524
Não-Remunerados	3 486	309	144	180	63	16	16	334 901	-	339 115
Sem Declaração	3 963	2 891	819	583	402	200	65	1 246	3 807	14 553
TOTAL	816 512	854 542	305 706	240 408	152 764	70 232	32 863	381 247	8 605	2 863 043

FONTES: IBGE - Censo Demográfico - Paraná - 1980

TABELA A.8-TOTAL DE EMPREGADOS POR FAIXA DE SALÁRIO, NO PARANÁ - 1980-83

FAIXA DE SALÁRIO	1980	1981	1982	1983
Até 3	716 535	721 288	734 282	720 694
3 a 10	173 105	193 094	211 605	207 751
10 a 15	16 835	18 279	20 939	20 815
15 a 20	6 941	7 630	8 953	8 394
Mais de 20	6 996	6 981	8 240	7 329
TOTAL	920 412	947 272	984 019	964 983

FONTE: RAIS - Relação Anual de Informações Sociais (tabela, 10C) e 1A(C)

TABELA A.9 - EVOLUÇÃO DO EMPREGO, DO SALÁRIO MÉDIO MENSAL E DA RENDA TOTAL, NO PARANÁ - 1980-83

(Em mil cruzeiros)

	1980	1981	1982	1983
Emprego	927 444	955 669	999 657	972 676
Salário Real Médio. (Em Cr\$/1983)	101 964	114 029	122 258	114 768
Renda TOTAL (Em Cr\$/1983)	1 199 107 744	1 301 856 531	1 463 749 732	-

FONTE: RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

\*Dados não-disponível

\*Deflator - INPC

TABELA A.10 - TOTAL DE EMPREGOS, SEGUNDO CLASSE DE SALÁRIO MÍNIMO E ATIVIDADE, NO PARANÁ - 1982

ATIVIDADE	REMUNERAÇÃO MÉDIA	ATE 0,50	0,51 1,00	1,01 2,00	2,01 3,00	3,01 4,00	4,01 5,00	5,01 7,00	7,01 10,0	10,1 15,0	15,1 20,0	20,1 ou +	NÃO DECLARADO	TOTAL	COEF. GINI
00 Extração e tratamento de minerais	100 863	13	241	2 680	780	216	92	124	91	168	99	125	106	4 734	0,5198
10 Indústria de produtos de minerais m. metal	45 735	75	1 356	8 957	3 102	2 357	793	579	246	161	59	57	347	18 089	0,3494
11 Indústria metalúrgica	61 684	77	433	5 477	3 258	1 509	853	991	931	337	75	48	330	14 319	0,3935
12 Indústria mecânica	76 380	48	325	3 385	2 897	1 391	820	825	401	262	120	126	291	10 891	0,4091
13 Indústria de material elétrico e comunicação	78 490	10	176	2 352	1 465	587	428	443	309	204	68	100	37	6 179	0,4355
14 Indústria material de transporte	107 797	4	132	1 550	652	927	233	258	173	115	119	116	56	4 335	0,4921
15 Indústria de madeira	32 331	201	2 724	29 660	4 904	1 382	570	554	273	125	44	39	1 063	4 539	0,4921
16 Indústria de mobiliário	32 483	58	669	10 877	2 149	532	179	169	96	46	16	10	356	15 157	0,2273
17 Indústria de papel e papelão	64 975	19	314	4 215	2 575	1 380	911	1 058	624	326	102	98	219	11 841	0,2164
18 Indústria de borracha	46 651	6	68	667	324	105	46	60	38	24	5	2	69	1 414	0,4288
19 Indústria de couros, peles e produtos similar	32 326	10	138	1 711	228	57	31	24	20	13	2	0	45	2 279	0,3536
20 Indústria química	93 302	25	213	2 469	1 902	952	543	621	690	618	289	297	116	8 735	0,2087
21 Indústria produtos farmacêuticos/veterinários	67 087	0	13	154	37	18	5	14	4	34	4	4	5	292	0,4947
22 Indústria perfumaria sabões e velas	35 149	2	27	334	53	23	14	13	3	1	4	0	85	559	0,4954
23 Indústria de produtos material plásticos	47 037	31	145	4 024	1 384	421	274	292	134	77	35	45	141	7 003	0,2933
24 Indústria textil	36 946	29	265	5 065	981	299	158	142	90	51	26	11	148	7 265	0,3598
25 Indústria vest./calçados e artef. tecidos	25 355	23	431	4 986	197	66	32	15	8	3	1	2	117	5 881	0,2830
26 Indústria produtos alimentares	41 733	386	1 822	19 015	7 204	2 484	1 088	919	475	309	115	103	593	34 513	0,1205
27 Indústria de bebidas	60 300	20	120	1 657	12 609	664	347	364	143	86	33	38	73	4 814	0,3350
28 Indústria de fumo	79 466	1	13	207	260	150	111	171	54	40	17	10	8	1 052	0,3809
29 Indústria editorial e gráfica	47 787	42	378	2 591	1 074	571	229	286	125	69	21	24	161	5 571	0,3764
30 Indústria diversas	37 524	39	227	2 563	634	196	106	88	51	24	10	7	97	4 042	0,3857
31 Indústria de utilidade pública	113 857	11	53	1 187	2 411	2 608	2 116	2 745	1 604	1 128	478	610	49	15 000	0,3064
32 Indústria de construção	56 167	371	1 363	23 952	23 200	8 241	3 618	3 723	2 092	1 085	380	431	2 803	71 259	0,3963
40 Agricultura e criação de animal	29 719	300	3 480	14 019	2 324	675	332	249	119	78	24	19	323	21 942	0,3437
50 Serviços de transportes	46 790	112	893	16 311	9 219	5 820	2 451	1 155	390	211	69	91	949	37 671	0,2685
51 Serviço de comunicação	89 983	50	225	1 630	3 076	1 855	1 215	1 627	930	622	270	234	119	11 853	0,2951
52 Serviço de alojamento e alimentação	29 782	81	944	12 479	1 719	330	136	93	35	16	7	7	493	16 340	0,4082
53 Serviço repar. manutenção e conservação	35 951	49	936	4 865	1 150	513	228	183	82	46	11	15	220	8 298	0,1673
54 Serviços pessoais	37 835	535	2 218	14 124	3 863	1 394	616	760	340	175	45	37	636	24 743	0,3143
55 Serviços comerciais	44 511	1 294	6 421	27 026	12 151	3 791	1 915	1 694	1 067	770	401	296	1 435	58 261	0,3269
56 Serviços de diversões	23 882	149	191	357	66	17	7	4	6	3	1	0	29	830	0,4001
57 Escritório cent. reg. de gerência e administração	92 342	14	250	2 823	2 715	2 267	1 261	1 631	1 061	786	308	366	283	13 765	0,3620
59 Entidades financeiras	132 256	23	57	2 800	11 448	6 579	4 106	5 808	6 578	4 340	2 393	2 953	318	47 403	0,4330
60 Comércio atacadista	50 813	188	1 461	15 395	5 139	1 935	1 245	1 242	975	603	232	195	810	29 420	0,4415
61 Comércio Varejista	39 054	552	7 407	80 896	18 564	7 783	3 530	3 102	1 871	1 180	406	285	3 172	128 748	0,4192
63 Comércio inc. e loteamento e adm. imóveis	41 145	18	125	1 646	585	186	101	96	45	22	7	3	151	2 985	0,3284
69 Atividades não especific. ou não classificadas	74 016	1	12	370	251	102	37	40	70	41	15	19	17	975	0,3095
70 Cooperativas	56 320	40	182	8 550	4 658	1 909	894	828	657	457	171	121	273	18 740	0,4773
83 Funções, ent. e assoc. não lucrativas	59 018	1 617	4 472	22 176	10 663	4 449	2 704	2 959	2 251	2 222	859	384	1 316	56 072	0,3777
90 Administração pública direta e autárquica	53 182	2 686	22 880	70 207	41 442	15 755	11 238	12 943	7 387	3 975	1 579	882	2 229	193 260	0,4674
99 Não declarado	29 123	1 009	5 239	23 224	4 414	1 217	380	317	141	86	36	30	1 367	37 464	0,4350
TOTAL	-	10 219	69 039	458 633	196 391	83 713	49 209	45 993	32 690	20 939	8 953	8 240	21 455	1 005 474	0,2551

FONTE: RAIS - Relação anual de Informações Sociais

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 AGUIAR, Marco Antonio de Souza; ARRUDA, Marcos; FLORES, Parsifal. Política salarial, desemprego e recessão; ditadura econômica versus democracia. Rio de Janeiro, IBASE, Codecri, 1983. 154p. (Coleção em Cima do Fato, 3)
- 2 ALISTAMENTO militar no NE é prejudicado pela má alimentação. Folha de São Paulo, São Paulo, 25 fev.1985. p.4.
- 3 BOLETIM DO DIEESE, São Paulo, v.3, set.1984. p.47.
- 4 BRASIL. Ministério do Trabalho. RAIS: tabelas 10C e 1A Paraná. s.L., 1980-1983.
- 5 \_\_\_\_\_. Assessoria Econômica. La indexacion salarial en Brasil. In: PREALC. Empleo y salarios. Santiago de Chile, 1984. p.55-81. Trabalhos apresentados na III Conferência do PREALC, dez.1982.
- 6 CASTRO, Antonio Barros. Balanço atual sobre a teoria da crise econômica internacional. Rio de Janeiro, 1984. Conferência realizada em 13 ago.1984 no 1º Congresso Internacional de Política Econômica, Rio de Janeiro, 12-17 ago.1984.
- 7 CRESCIMENTO econômico e arrocho salarial. In: O ARROCHO salarial. São Paulo, Política, s.d. p.157-62. (Retrato do Brasil, 27)
- 8 DOBB, Maurice. Os salários. São Paulo, Cultrix, 1977. 191p.
- 9 ESTADO DE SÃO PAULO, Caderno de Cultura, São Paulo, 24 fev. 1985.
- 10 FUNDAÇÃO IBGE. Censo demográfico Brasil 1970. Rio de Janeiro, 1972.
- 11 \_\_\_\_\_. Censo demográfico Brasil 1980. Rio de Janeiro, 1982.
- 12 \_\_\_\_\_. Censo demográfico Paraná 1970. Rio de Janeiro, 1972.

- 13 FUNDAÇÃO IBGE. Censo demográfico Paraná 1980. Rio de Janeiro, 1982.
- 14 HOFFMANN, Rodolfo. Tendências da distribuição da renda no Brasil e suas relações com o desenvolvimento econômico. In: TOLIPAN, Ricardo & TINELI, Arthur Carlos, org. A controvérsia sobre a distribuição e desenvolvimento. Rio de Janeiro, Zahar, 1975. p.105-23.
- 15 MACEDO, Roberto. Salário mínimo e distribuição da renda no Brasil. Estudos Econômicos, São Paulo, 11(1): 43-56, jan./mar.1981.
- 16 MIGLIOLI, Sérgio & SILVA, Sérgio. Redistribuição: um problema de salários e lucros. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Melo & COUTINHO, Renata, org. Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio sobre a crise. 2.ed. São Paulo, Brasiliense, 1983. v.2
- 17 UMA MUDANÇA de política que não convence. Exame, São Paulo, (269): 18-20, 9 fev.1983.
- 18 PASSOS, Carlos Artur Kröger. O Paraná é as questões sociais. Curitiba, 1985. Documento apresentado no Seminário Paraná: os Caminhos do Futuro, Curitiba, 30 jan.1985.
- 19 PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS, Rio de Janeiro, IBGE, v.5-7, Brasil e Paraná, 1981-1983.
- 20 SOUZA, Paulo Renato. Emprego, salários e pobreza. São Paulo, HUCITEC/FUNCAMP, 1980. 193p.
- 21 TAVARES, Maria da Conceição & SOUZA, Paulo Renato. Emprego e salários na indústria - o caso brasileiro. Revista de Economia Política, São Paulo, 1(1): 3-29, jan./mar. 1981.